

Políticas da Língua no Contexto da Política Científica em Portugal

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.66.5>

Anabela Gradim

LabCom, Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal

<https://orcid.org/0000-0001-6968-1957>

anabela.gradim@labcom.ubi.pt

Resumo

Este texto discute as políticas da língua e o multilinguismo na ciência à luz da recente hegemonia do inglês como língua de publicação, refletindo sobre o potencial do português como língua de ciência, pesquisa e comunicação científica. Sendo hoje o português e o espanhol, que cresceram em contraciclo, o segundo maior idioma de publicação na Web of Science, é fundamental pensar a língua em e da ciência, tanto mais que multilinguismo é a política oficial da União Europeia, embora na maioria dos países europeus ainda se estimule e valorize a publicação em inglês. A relevância de uma ciência plurilíngue é ressaltada pela sua importância para a construção lexical, o pensamento, a expressão cultural e a diversidade epistemológica. Reconhecer o devido valor ao inglês como língua franca não é incompatível com a defesa de uma ciência plurilíngue, pois nada impede a sua coexistência com políticas científicas que protejam a diversidade linguística. A ascensão do inglês como língua franca da ciência é recente e foi reforçada após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, a manutenção da diversidade linguística na ciência é fundamental para a preservação da cultura e da identidade dos falantes dessa língua, bem como para uma visão mais ampla e diversa da produção científica.

Palavras-chave

ciência plurilíngue, diversidade linguística, multilinguismo, políticas da língua, publicação académica

Introdução

Tornar o português numa língua de ciência, de investigação e comunicação científica, foi o desígnio enunciado pelo presidente do Instituto Camões nas comemorações do Dia Mundial da Língua Portuguesa, em maio de 2022¹. Este desígnio não é novo. Como bem nota Moisés Martins (2021), ainda mal começou o combate pela conversão das línguas, portuguesa e espanhola, como línguas de conhecimento e de ciência, trabalho hercúleo para pugnar pela preservação da pluralidade e diversidade linguísticas também no campo da ciência.

Discutir as políticas da língua no âmbito da política científica envolve questões complexas no que ao ecossistema de produção e divulgação de ciência diz respeito, abrangendo questões como a publicação científica, a avaliação e financiamento da investigação e ciência, e a projeção estratégica do lugar de cada língua/cultura no mundo. Trata-se, como diria Bourdieu (como citado em Martins, 2021), “do combate pela ordenação simbólica do mundo (...) onde se colocam os problemas da língua hegemónica e da subordinação política, científica, cultural e artística” (p. 9).

A relação entre linguagem e poder nem sempre é evidente, mas não pode deixar de ser convocada quando refletimos sobre o papel do português e do espanhol como línguas de conhecimento e de ciência. Nas últimas décadas, o ecossistema de produção e difusão de ciência evoluiu no sentido de uma progressiva especialização da publicação em revistas indexadas em bases de dados com produção bibliométrica, as mais relevantes sendo a Web of Science (WoS), com presença mais antiga no mercado da publicação académica, e a Scopus, a operar desde 1996; ao mesmo tempo que a publicação científica em língua inglesa, hegemónica desde os anos 60, praticamente elimina, no que a estas bases de dados diz respeito, todas as outras línguas.

Como resultado desta convergência de fatores, verifica-se nos *fora* científicos um apagamento das línguas que não o inglês², e o seu domínio absoluto nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

A supressão da diversidade e do plurilinguismo no discurso da ciência dá-se com a globalização da ciência e por necessidade de internacionalização, mas é também impulsionada pelos novos sistemas de auditoria e avaliação

1 Embaixador João Ribeiro de Almeida, presidente do Instituto Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, em entrevista à Agência LUSA a 5 de maio de 2022 (Monteiro, 2022).

2 LOTE, no mundo anglófono, acrónimo de “languages other than English”.

da atividade dos investigadores (a que os brasileiros chamam de “gerencialismo”), pedra de toque do novo capitalismo científico globalizado. Sem desprezar o valor do inglês como língua de comunicação e trabalho em ciência, este caminho em direção ao monolinguismo representa um empobrecimento em termos científicos, económicos, culturais e simbólicos.

O estabelecimento do inglês como língua franca na economia, no comércio, nas indústrias da cultura e na ciência, que se tende a naturalizar, é um fenómeno recente que acompanhou o processo de globalização e a construção de um mundo unipolar. O domínio do latim, como língua franca, foi substituído pelos vernáculos no século XVII, com o alemão e o francês a dominarem nas primeiras duas décadas do século XX. É a partir da Segunda Guerra Mundial que o inglês se estabelece definitivamente como língua hegemónica no campo da ciência, processo que “em boa parte, se deve ao sucesso das sociedades anglófonas na disputa pelas riquezas do mundo” (Forattini, 1997, p. 4). O sucesso idiomático do inglês e o facto de “deter, na atualidade, a dominância na ciência e na tecnologia, além de demais setores da atividade humana, deve-se, historicamente, mais a razões de evolução económica do que propriamente cultural da humanidade” (Forattini, 1997, p. 4).

Ao chamar a atenção para este nexo entre poder e linguagem, entre língua e capital simbólico, mostrando como se manifesta, abre-se espaço para explicitar a função de curadoria que cientistas e falantes de outras línguas, línguas globais como o português e o espanhol (de Swaan, 1993), poderiam desempenhar, reclamando políticas da língua que contrabalancem este tríptico em que se sustenta o capitalismo científico: indústria da publicação académica, indústria da indexação e hierarquização, e “gerencialismo” ou mobilização tecnológica para o mercado (Martins, 2010).

Linguagem e Poder

Os trabalhos de Bourdieu (1982) e Foucault (1980, 2000) operam um conjunto de conceitos importantes para compreender a importância de políticas da língua na ciência, porque analisaram a questão da relação da linguagem com o poder, e da língua como capital simbólico com valor transaccional.

Foucault (1980, 2000) ocupou-se das estruturas e relações de poder na sociedade, na sua ligação com o conhecimento, a verdade e o discurso. Esta relação entre poder e conhecimento, verdade e discurso, ocorre porque a verdade é produzida discursivamente, e é a partir desta verdade e do conhecimento que se exerce o poder, ou seja, a regulação da conduta social.

Assim, o poder produz (discursivamente) a verdade, ao mesmo tempo que se exerce pela produção da verdade, em todas as áreas da vida social, da religião à política, passando pela economia ou saúde. E como é evidente, o dispositivo privilegiado para a produção da verdade será o sistema científico, com os sistemas de educação e de média apostados na sua difusão (Foucault, 1980, 2000; Hall, 2001).

Bourdieu apresenta uma fina análise da linguagem como “capital simbólico” transacionado num campo linguístico e com isso evidencia as estruturas de poder subjacentes que o uso de uma língua acarreta. A língua é apresentada como uma relação de poder objetiva, fruto de instâncias de legitimação que consagram o que é aceitável ou não no seu uso, funcionando como um marcador simbólico de pertença a um campo ou classe social. A língua, objeto de lutas simbólicas, sinaliza o *topos* de cada um dos participantes no mercado de troca linguístico, sendo um marcador do poder que, simultaneamente, ajuda a constituir. Todo o discurso é, portanto, sobredeterminado por relações linguísticas de poder: a língua é uma espécie de capital cultural que é objeto de troca no mercado linguístico do qual emerge, retratando as relações de poder/força aí existentes e passível de gerar ganhos para os seus utilizadores (Bourdieu, 1982).

Esta relação entre língua e poder no campo da ciência foi também objeto de estudos empíricos diversos. Curry e Lillis (2004) chamam a atenção para as dificuldades que académicos multilingues enfrentam para publicar numa língua em que não são nativos, e como as decisões que tomam emergem de uma tensão não explicitada entre construção e mensuração do conhecimento, funcionando o inglês como língua franca e o anglocentrismo como efetivos *gatekeepers* na produção e difusão de ciência (Curry & Lillis, 2004; Lillis et al., 2010).

Outros estudos (Canagarajah, 2002; Englander & Uzuner-Smith, 2013; Forattini, 1997) focam os aspetos políticos da evolução em direção ao monolingüismo na produção e difusão de ciência, enquanto mecanismo para perpetuar uma hegemonia intelectual determinada. Este é um processo que se acelerou e intensificou no século XX, com Garfield, já nos anos 60, a reconhecer que o inglês era inquestionavelmente a língua internacional da ciência, elencando as suas vantagens e medidas para acelerar esse processo, entre as quais permitir uma maior difusão e acesso a conteúdos, contribuindo para a visibilidade e rastreabilidade da produção científica e o seu progresso (Garfield, 1967).

A Publicação Científica em Português

No século XX, à medida que a ciência em Portugal, após o 25 de abril, se consolida e começa a ser medida por padrões internacionais, aumenta também a publicação em revistas internacionais, e aumenta a publicação em língua portuguesa. Trata-se de um movimento que ocorre também com o espanhol, e que muito deve ao universo ibero-americano, à comunidade mundial que se expressa em português ou espanhol e que, especialmente nas duas últimas décadas, lhe deu expressão na publicação indexada medida por padrões internacionais.

Assim, enquanto a partir dos anos 80 se consolida a hegemonia da publicação em inglês nas bases de dados com produção bibliométrica, nomeadamente WoS e Scopus, cresce também em contraciclo a publicação em português e espanhol, que constituem hoje, em conjunto, o segundo maior idioma de publicação na WoS, apenas atrás do inglês, e isoladamente são a terceira língua mais numerosa no caso do espanhol, e quinta no caso do português (Figura 1).

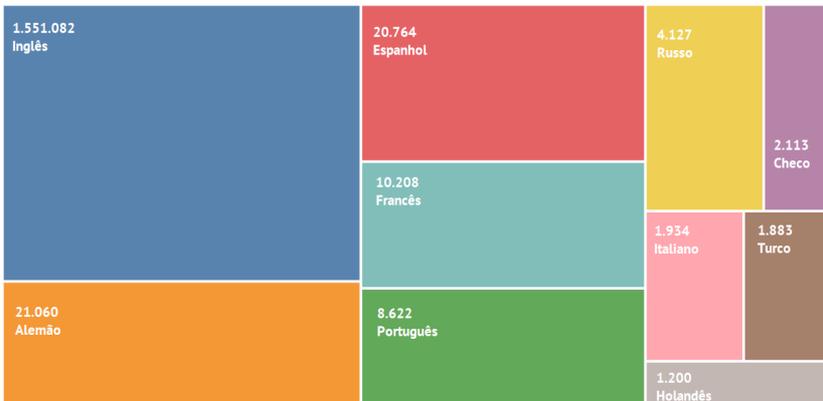


Figura 1 Principais línguas de publicação no Social Sciences Citation Index da Web of Science entre 2010–2015.

Nem sempre assim foi. O português e espanhol passam da quase inexistência na WoS nas décadas de 60 e 70, para ultrapassarem todas as grandes línguas de publicação da altura, como o alemão, o francês e o russo. Estes resultados, com ligeiras variações, são consistentes com os produzidos por pesquisas idênticas na Scopus, porque representam um mesmo movimento de emergência e consolidação dos dois idiomas na publicação científica medida por padrões internacionais.

A Figura 2 representa a pesquisa feita por quinquênios, desde os anos 60, com a contagem total do número de itens publicados em cada uma das línguas. O que esta avaliação diacrónica permite perceber é que, com valores próximos de zero nos anos 60, a publicação em português e espanhol sobe consistentemente durante as décadas seguintes, acelerando sensivelmente a partir de 2000. Esta subida estabelece uma correlação clara com a diminuição da publicação em alemão, francês e todas as outras línguas. Os únicos idiomas que também registam crescimento são o russo, e mais recentemente, mas com números modestos, o chinês. Este crescimento ocorre a expensas de todas as outras línguas, já que a quota total de publicação em outros idiomas tem vindo a descer.

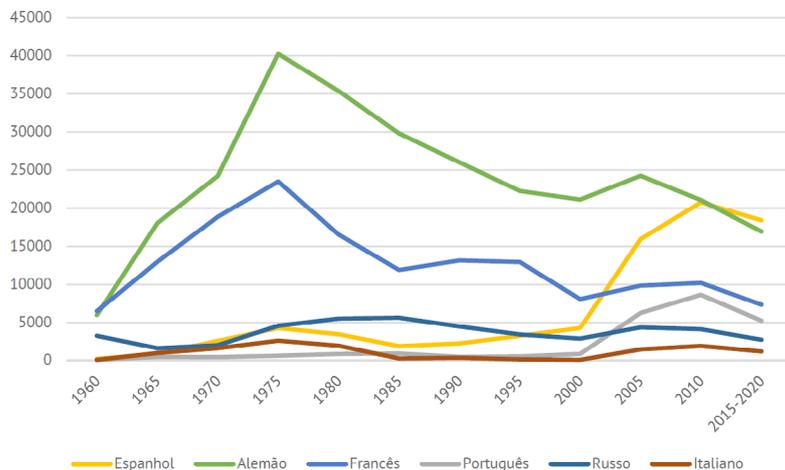


Figura 2 Evolução das línguas de publicação no Social Sciences Citation Index da Web of Science por quinquênio.

A recodificação das variáveis “português” e “inglês” (Figura 3) mostra que a partir de 2000 o português e espanhol são as línguas mais publicadas e que a partir de 2010, em termos absolutos, o espanhol se torna a segunda língua de publicação no Social Sciences Citation Index (SSCI), ultrapassando o alemão e o francês.

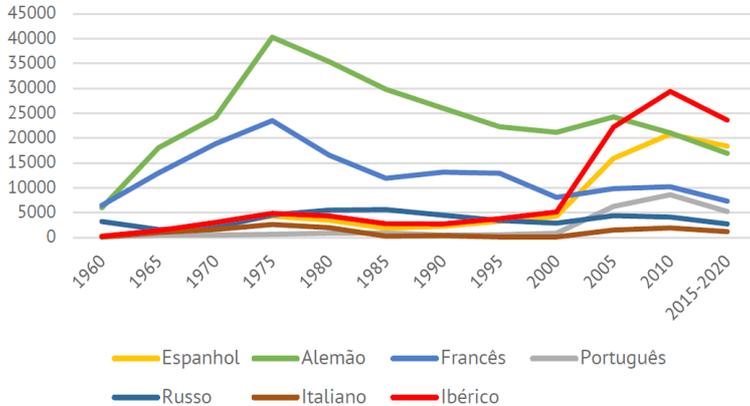


Figura 3 Publicação total nos idiomas ibéricos.

O que estes números não mostram, porque os gráficos excluem o inglês, é a evolução da ciência mundial em direção ao monolinguismo. É verdade que os idiomas ibéricos crescem e consolidam a sua presença em termos absolutos, mas a publicação em línguas que não o inglês (LOTE) diminui drasticamente desde os anos 80, e hoje é residual em todas as áreas, e praticamente inexistente nas ciências (Science Citation Index – SCI). É assim que em 1960, como mostra a Figura 4, a publicação LOTE constituía 5,7% do total no SSCI da WoS, com o alemão como primeira língua, seguindo-se o francês e o russo.

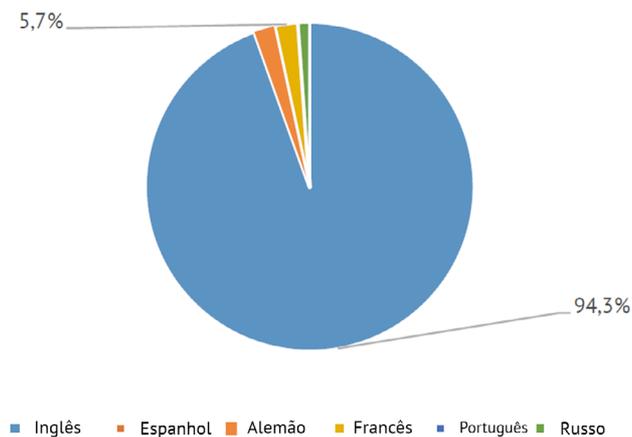


Figura 4 Publicação em outras línguas nos primeiros cinco anos da década de 60.

No entanto, no período compreendido entre 2015 e 2020, a publicação em outras línguas era já inferior a 3%, confirmando a evolução em direção ao monolinguismo e o apagamento das outras línguas nos *fora* de publicação internacionais (Figura 5).

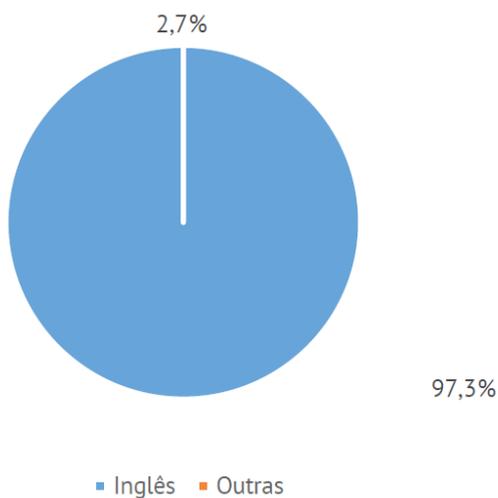


Figura 5 Publicação em línguas que não o inglês no Social Sciences Citation Index entre 2015–2020.

Situação distinta apresenta o Emerging Sources Citation Index (ESCI; Editor Resources, s.d.), uma base de dados lançada em 2015, com um fundo de 3.000 revistas com revisão por pares, incluindo todas as áreas científicas, e onde a publicação em inglês representava 80% do total, com os restantes 20% em outras línguas apresentando a distribuição visível na Figura 6.

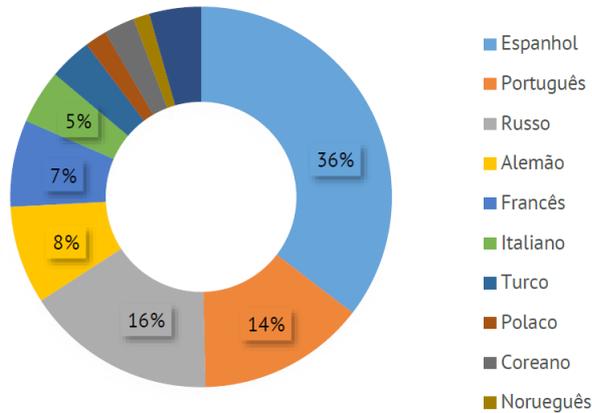


Figura 6 Publicação em línguas que não o inglês no Emerging Sources Citation Index entre 2015 – 2020.

Como o ESCI é concebido como um primeiro passo de indexação antes de a publicação eventualmente integrar os índices principais, SCI, SSCI ou Arts & Humanities Citation Index, o potencial de crescimento dos idiomas ibéricos na Web of Science parece elevado, confirmando a direção da curva da Figura 3.

Políticas da Língua e Multilinguismo na Ciência

O prestígio de uma língua depende da planificação expressa e implícita do seu estatuto. Essa planificação constitui o objetivo de qualquer política da língua e deve atender à multiplicidade de funções que a língua pode assumir (oficial, regional, comunitária, internacional, de ensino, literária, religiosa), manifestando-se tanto de maneira explícita, através de documentos legais, como por via de uma política estrutural implícita, ambos concorrendo para o prestígio da língua (Feytor Pinto, 2010; Shohamy, 2006).

É conhecida a relação entre a linguagem e as condições políticas e materiais do capitalismo neoliberal global (Flores & Chaparro, 2017; Joseph, 2006; Ricento, 2000), o legado do colonialismo na hegemonia da língua inglesa (Pennycook, 2000, 2002, 2017) e as difíceis escolhas dos académicos multilingues para acederem aos *fora* internacionais da ciência (Canagarajah, 2002; Curry & Lillis, 2004; Englander & Uzuner-Smith, 2013).

O multilinguismo é a política oficial da União Europeia (Gazzola, 2006; Krzyżanowski & Wodak, 2011; Romaine, 2013), encontrando-se inscrito nos seus principais tratados (Treaty of Lisbon, 2007; Treaty on European Union, 1992) e tem tido fortes defensores (Cummins, 1989, 2000; Fishman, 2001; Mar-Molinero, 2000, 2004; Phillipson, 2000; Shohamy, 2006). No entanto, o multilinguismo não é o padrão na política científica na maioria dos países europeus, que estimulam e valorizam a publicação em inglês, mesmo em áreas onde isso pode ser uma desvantagem devido ao enraizamento local da pesquisa, caso das humanidades, artes e letras e ciências sociais.

A importância de uma ciência plurilingue prende-se com três aspetos inter-relacionados: construção lexical, pensamento e construção cultural, e diversidade epistemológica. É a investigação conduzida nas línguas nacionais que permite a formação de um léxico técnico-científico em que essa língua se pode expressar. Com o tempo, um país que executa toda a sua investigação numa língua externa perderá o léxico próprio da expressão da ciência. Em segundo lugar, a língua é essencial à construção do pensamento e à construção da identidade cultural. A globalização tecnológica prejudica a diversidade cultural, estabelecendo uma topologia orientada da periferia para o centro, na qual, como mostram Bourdieu (1982) e Foucault (1980, 2000), as relações de poder desempenham um papel importante. Finalmente, o enviesamento linguístico na publicação científica afeta a própria configuração da ciência, pois determina as escolhas teórico-metodológicas e os objetos tratados (Curry & Lillis, 2004; Englander & Uzuner-Smith, 2013).

Para uma Ciência Plurilingue

É claro que o inglês é necessário e valioso como língua franca, constituindo uma linguagem veicular indispensável para a comunicação científica e permitindo um acesso alargado ao conhecimento (Badillo, 2021; Forattini, 1997; Ostler, 2010), mas nada impede a sua coexistência com políticas científicas que protejam a diversidade linguística (Costa, 2015; Hilmarsson-Dunn, 2006; Sivertsen, 2010).

A ascensão do inglês como língua franca da ciência é relativamente recente, tendo-se reforçado a partir da Segunda Guerra Mundial, e conhecido uma aceleração notável a partir da atividade de indexação das revistas científicas, que “têm promovido este processo de anglofonização da ciência, exigindo resumos em inglês, referências em inglês ou promovendo efetivamente o inglês nos textos como critério de qualidade” (Badillo, 2021, p. 59). Hoje, além da atividade de indexadores e de esta ser promovida a montante por sistemas de avaliação e recompensa dos cientistas que valorizam esse tipo de publicação, a anglofonia na ciência institucionalizou-se, contando com instâncias de curadoria, e constituindo-se ela própria como objeto de estudo, com revistas especializadas³ e coleções de monografias⁴ que reforçam o prestígio e a utilização da língua nesse contexto.

É possível articular políticas da língua compatíveis com a promoção do multilinguismo em ciência sem abdicar das vantagens de um idioma veicular comum, a partir das políticas de acesso aberto e de ciência aberta implementadas na União Europeia, também como forma de reagir à “crise dos periódicos” (Jurchen, 2020) e às questões éticas que o atual modelo de publicação acadêmica coloca (Larivière et al., 2015).

Assim como os países anglófonos fazem curadoria da sua língua franca, políticas da língua, formais ou informais, são necessárias para promover a utilização do português e do espanhol em campos estratégicos de prestígio como o científico.

Esta reflexão sobre o papel da língua espanhola e portuguesa e o seu potencial de atuação conjunta no panorama linguístico mundial tem sido promovida pelos institutos Cervantes e Camões, agregando investigadores das duas comunidades linguísticas e dando visibilidade ao tema (Reto & Rivilla, 2020).

As políticas de ciência devem integrar uma política da língua. Da parte das políticas científicas nacionais esse investimento na língua pode passar pelo apoio à indexação de revistas que publiquem em português junto dos principais indexadores, pela promoção do acesso aberto multilingue, e pela provisão de léxicos adequados aos novos campos de desenvolvimento científico e tecnológico.

³ *Journal of English as a Lingua Franca* (ISSN: 2191-933X; de Gruyter, s.d.).

⁴ *Varieties of English Around the World* (Variedades de Inglês no Mundo), John Benjamins Publishing Company (Q1), série de monografias com 75 volumes.

Este caminho para uma maior diversidade na produção, comunicação e disseminação de ciência, sendo um percurso de coexistência, não deve ser explorado unilateralmente. Ammon (2006) sugere a melhoria do panorama da comunicação internacional de ciência, em que o multilinguismo continue relevante a nível nacional, através de uma maior consciencialização das dificuldades que os falantes não nativos enfrentam, e a evolução gradual para uma língua internacional da ciência global com uma estrutura policêntrica (Ammon, 2006).

Já Ostler (2010), secundado por Serra (2017) e Badillo (2021), alvitram que as tecnologias de tradução automática, com evolução notável nos últimos anos devido à incorporação de inteligência artificial nos processos, poderão contribuir para flexibilizar as tensões presentes, promovendo a diversidade linguística e construindo um ecossistema multilingue mais rico e equilibrado de que a ciência também beneficia.

É possível resolver as patologias da indústria de publicação académica que culminaram na crise dos periódicos a partir de políticas de ciência aberta como as conduzidas pela União Europeia e, ao fazê-lo, proteger a diversidade e o plurilinguismo cumprindo o compromisso presente nos tratados fundadores da União.

Referências

Ammon, U. (2006). Language planning for international scientific communication: An overview of questions and potential solutions. *Current Issues in Language Planning*, 7(1), 1–30. <https://doi.org/10.2167/cilp088.0>

Badillo, Á. (2021). *O português e o espanhol na ciência: Notas para um conhecimento diverso e acessível*. Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura; Real Instituto Elcano.

Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Fayard.

Canagarajah, S. (2002). Reconstructing local knowledge. *Journal of Language, Identity and Education*, 1(4), 243–259. https://doi.org/10.1207/S15327701JLIE0104_1

Costa, J. (2015). Produção científica nas ciências sociais e humanidades: Problemas e alternativas. In A. Gradim & C. Moura (Eds.), *Comunicar e avaliar ciência* (pp. 47–57). LabcomBooks.

Cummins, J. (1989). A theoretical framework for bilingual special education. *Exceptional Children*, 56, 111–119.

Cummins, J. (2000). *Language, power and pedagogy: Bilingual children in the crossfire*. Multilingual Matters.

Curry, M. J., & Lillis, T. (2004). Multilingual scholars and the imperative to publish in English: Negotiating interests, demands, and rewards. *TESOL Quarterly*, 38(4), 663–688. <https://doi.org/10.2307/3588284>

de Gruyter. (s.d.). *Journal of English as a Lingua Franca*. <https://www.degruyter.com/journal/key/jelf/html>

de Swaan, A. (1993). The emergent world language system: An introduction. *International Political Science Review*, 14(3), 219–226.

Editor Resources. (s.d.). *Emerging Sources Citation Index*. <https://editorresources.taylorandfrancis.com/understanding-research-metrics/esci/#>

Englander, K., & Uzuner-Smith, S. (2013). The role of policy in constructing the peripheral scientist in the era of globalization. *Language Policy*, 12(3), 231–250. <https://doi.org/10.1007/s10993-012-9268-1>

Feytor Pinto, P. (2010). *O essencial sobre política da língua*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Fishman, J. (2001). *Can threatened languages be saved?* Multilingual Matters.

Flores, N., & Chaparro, S. (2017). What counts as language education policy? Developing a materialist Anti-racist approach to language activism. *Language Policy*, 17, 1–20. <https://doi.org/10.1007/s10993-017-9433-7>

Forattini, O. P. (1997). A língua franca da ciência. *Revista Saúde Pública*, 31(1), 3–8.

Foucault, M. (1980). *Power/knowledge: Selected interviews and other writings, 1972-1977*. Harvester Press.

Foucault, M. (2000). *Essential works of Foucault, 1954-1984* (Vol. 3). New Press.

Garfield, E. (1967). English – An international language for science. *The Information Scientist*, 76, 19–20.

Gazzola, M. (2006). Managing multilingualism in the European Union: Language policy evaluation for the European Parliament. *Language Policy*, (5), 393–417. <https://doi.org/10.1007/s10993-006-9032-5>

Hall, S. (2001). Foucault: Power, knowledge and discourse. In M. Wetherell, S. Taylor, & S. Yates (Eds.), *Discourse, theory and practice* (pp. 72–81). Sage Publications.

Hilmarsson-Dunn, A. M. (2006). Protectionist language policies in the face of the forces of English. The case of Iceland. *Language Policy*, 5(3), 295–314. <https://doi.org/10.1007/s10993-006-9027-2>

Joseph, J. E. (2006). *Language and politics*. Edinburgh University Press.

Jurchen, S. (2020). Open access and the serials crisis: The role of academic libraries. *Technical Services Quarterly*, 37(2), 160–170. <https://doi.org/10.1080/07317131.2020.1728136>

Krzyżanowski, M., & Wodak, R. (2011). Political strategies and language policies: The European Union Lisbon strategy and its implications for the EU's language and multilingualism policy, *Language Policy*, (10), 115–136.

Larivière, V., Haustein, S., & Mongeon, P. (2015). The oligopoly of academic publishers in the digital era. *PLoS ONE*, 10(6), e0127502.

Lillis, T., Hewings, A., Vladimirov, D., & Curry, M. J. (2010). The geolinguistics of English as an academic lingua franca: Citation practices across English-medium national and English-medium international journals. *International Journal of Applied Linguistics*, 20(1), 111–135. <https://doi.org/10.1111/j.1473-4192.2009.00233.x>

Mar-Molinero, C. (2000). *The politics of language in the Spanish-speaking world*. Routledge.

Mar-Molinero, C. (2004). Spanish as a world language: Language and identity in a global era. *Spanish in Context*, 1(1), 3–20. <https://doi.org/10.1075/sic.1.1.03mar>

Martins, M. de L. (2010). A mobilização infinita numa sociedade de meios sem fins. In C. Álvares & M. J. Damásio (Eds.), *Teorias e práticas dos média: Situando o local no global* (pp. 267–279). Edições Universitárias Lusófonas.

Martins, M. de L. (2021). Prefácio. A comunidade ibero-americana de ciências da comunicação: Publicar em português e em espanhol, difundir conhecimento. In C. M. K. Peruzzo, M. L. de Martins, & R. Gabriotti (Eds.), *Revistas científicas de comunicação ibero-americanas na política de divulgação do conhecimento: Tendências, limitações e os desafios de novas estratégias* (pp. 7–14). UMinho Editora/CECS. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.43.1>

Monteiro, J. P. (2022, 5 de maio). *O português como língua de ciência*. Euronews. <https://pt.euronews.com/2022/05/05/o-portugues-como-lingua-de-ciencia>

Ostler, N. (2010). *The last lingua franca: English until the return of Babel*. Bloomsbury Publishing USA.

Pennycook, A. (2000). English, politics, ideology: From colonial celebration to postcolonial performativity. In T. Ricento (Ed.), *Ideology, politics and language policies: Focus on English* (pp. 107–119). John Benjamins Publishing Company. <https://doi.org/10.1075/impact.6.09pen>

Pennycook, A. (2002). *English and the discourses of colonialism*. Routledge.

Pennycook, A. (2017). *The cultural politics of English as an international language*. Taylor & Francis.

Phillipson, R. (2001). English for globalisation or for the world's people? *International Review of Education*, 47, 185–200.

Reto, L. A., & Rivilla, R. G. (2020). *La proyección internacional del español y el portugués: El potencial de la proximidad lingüística*. INCM; Instituto Cervantes; Instituto Camões.

Ricento, T. (2000). Ideology, politics and language policies. In T. Ricento (Ed.), *Ideology, politics*

and language policies: Focus on English (pp. 1–8). John Benjamins Publishing Company. <https://doi.org/10.1075/impact.6.03ric>

Romaine, S. (2013). Politics and policies of promoting multilingualism in the European Union. *Language Policy*, (12), 115–137.

Serra, P. (2017). As línguas francas em ciência e a questão dos paradigmas. In M. de L. Martins (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de ciências sociais e humanas—O caso das ciências da comunicação* (pp. 261–276). CECS/Húmus.

Shohamy, E. (2006). *Language policy: Hidden agendas and new approaches*. Routledge.

Sivertsen, G. (2010). A performance indicator based on complete data for the scientific publication output at research institutions. *ISSI Newsletter*, 6(1), 22–28.

Treaty of Lisbon, 17 de dezembro de 2007, http://publications.europa.eu/resource/cellar/688a7a98-3110-4ffe-a6b3-8972d8445325.0007.01/DOC_19

Treaty on European Union, 7 de fevereiro de 1992, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=OJ:C:1992:191:FULL&from=NL>